

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.768 - SP (2019/0323644-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : NAIR HABERMANN
RECORRENTE : EDERLY HABERMANN
RECORRENTE : ELENIR HABERMANN
RECORRENTE : EDRIANE HABERMANN BACCARIN
RECORRENTE : EVANILDE HABERMANN MANTOAN
ADVOGADOS : ADEMIR DONIZETI ZANOBIA - SP167143
MARLENE APARECIDA ZANOBIA - SP109294
RECORRIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MÁRCIA MATIKO MINEMATSU - SP065109
JOSÉ ANTÔNIO FRIGINI - SP115369
RENATA DE ALBUQUERQUE SALAZAR RING E OUTRO(S) - SP226736

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por NAIR HABERMANN e OUTROS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, que desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 131, e-STJ):

MÚTUO BANCÁRIO - Empréstimo rural vinculado ao sistema de correção das cadernetas de poupança - Prestação de março de 1990 - Correção a ser feita pela variação do INPC de 84,32% - Inaplicabilidade do BTNF adotado em 15 de março pela Medida Provisória 168 para correção posterior de saldos bloqueados dessas cadernetas - Atualização corretamente feita e já quitada pelo devedor falecido - Inexistência de indébito a ser repetido por seus herdeiros - Recurso provido para decretar a improcedência da ação.

Opostos embargos de declaração (fls. 156/163, e-STJ), esses foram rejeitados.

Em suas razões (fls. 184/189, e-STJ), os recorrentes apontaram, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 6º, §§ 1º e 2º e 17 da Lei 8024/90. Sustentaram, em suma, que o índice de correção monetária incidente sobre contratos de financiamento rural em março de 1990 (Plano Collor I) é o BTNF, 41,28%.

Contrarrazões às fls. 211/217, e-STJ, e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 286/287, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irrisignação merece prosperar.

1. De fato, a questão encontra-se pacificada nesta Corte, no sentido de que, no mês de março de 1990, a correção monetária dos débitos das cédulas de crédito rural, com previsão de indexação monetária pelos índices da caderneta de poupança, deve ser calculada pelo índice de variação do BTNF, no percentual de 41,28%.

Nesse sentido, anote-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULAS RURAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. DIFERENÇAS. MARÇO/1990. APLICAÇÃO. BTNF. INCIDÊNCIA.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).

2. É entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça de que o indexador de correção monetária aplicável às cédulas de crédito rural no mês de março de 1990 é o BTNF de 41,28% (quarenta e um vírgula vinte e oito por cento).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.430.024/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 19/8/2019, DJe 27/8/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. MARÇO DE 1990. BTNF.

1. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, incide o BTNF de março de 1990 na atualização monetária do saldo devedor de cédula de crédito rural.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 773.215/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 05/08/2016)

No caso em análise, assim decidiu o Tribunal de piso (fls. 131/132, e-STJ):

Os autores apelados, herdeiros de Teophilo Habermann, ajuizaram demanda que rotularam de "ação de repetição do indébito", afirmando em linhas gerais que essa pessoa, já falecida, havia contraído um empréstimo rural, pagando integralmente a dívida, mas que verificaram depois que uma das prestações, ou seja, a vencida em março de 1990, havia sido corrigida com base no INPC do período de 84,32%, quando o índice efetivo a ser aplicado era o de 42,28% do BTNF, em conformidade

Esse raciocínio, que foi acolhido pelo digno julgador monocrático, era inverso ao que costuma ser aplicado pelos poupadores com relação aos rendimentos de suas cadernetas de poupança e não era aceitável, diante do entendimento atual a respeito desses sucessivos planos econômicos.

Já se pacificou que tanto para rendimentos de poupança, como para atualização de prestações de empréstimos como os de financiamento habitacional ou empréstimos como o tratado nos autos, vinculado ao sistema de poupança rural, era aplicável o percentual de inflação efetivo apurado em março de 1990 por intermédio do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 84,32%, precisamente o utilizado pelo banco credor, e não o índice menor do BTNF, estabelecido somente em 15 de março pela Medida Provisória 168 para correção posterior dos saldos bloqueados das cadernetas de poupança (artigo 6º, parágrafo 2º).

Estava correto, pois, o reajuste feito pelo banco em março de 1990, adotando esse índice contratual de 84,32%, tendo o falecido efetuado o pagamento respectivo e nada tendo a receber em restituição.

Encontrando-se o aresto de origem em desacordo com a jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

consolidada nesta Corte, merece acolhida a insurgência.

2. Do exposto, com fundamento no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença, inclusive no tocante à verba sucumbencial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator